

Conversa sobre o Futuro da Igualdade

Philippe Van Parijs

Coprodução:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN



RTP 3

FUTURE FORUM

Conversa sobre o Futuro da Igualdade

Philippe Van Parijs

Prever o futuro da igualdade e da desigualdade não faz parte do trabalho de um filósofo. Mas faz parte do trabalho de um filósofo dizer-nos como devemos tentar moldar este futuro.

O que são as desigualdades injustas?

A desigualdade surge em muitas dimensões: rendimento e riqueza, saúde e esperança de vida, acesso aos serviços públicos e qualidade do ambiente, poder e estatuto, respeito e estima. Existe entre indivíduos e entre famílias, entre géneros e entre raças, entre regiões e entre países, entre grupos etários e entre gerações. Pode ser avaliada com base num momento específico do tempo ou ao longo do ciclo de vida, e utilizando uma grande variedade de índices. Algumas destas desigualdades são simplesmente repugnantes. Outras são toleráveis, legítimas, desejáveis ou até mesmo indispensáveis.

Como pode a filosofia ajudar a orientar-nos nesta floresta caótica de desigualdades interligadas? Desde logo, ao refletir sobre a questão de como seria um mundo justo e sujeitando a debate algumas respostas explícitas a essa questão. E estas respostas deveriam dar-nos alguma orientação no caos do mundo real, quando e onde é necessário tomar decisões coletivas sobre políticas e instituições, quando e onde é necessário tomar decisões individuais sobre quais as causas que devemos servir e quais as lutas em que devemos participar. Vou esboçar brevemente a minha conceção de justiça social e ilustrar a orientação que pode oferecer em três frentes, nas quais estou e tenciono permanecer militantemente ativo: a introdução de um rendimento básico incondicional, a política linguística e a reconquista dos espaços públicos urbanos.

Que desigualdades ainda existiriam num mundo justo? Muito simplesmente: aquelas que podem ser razoavelmente atribuídas à responsabilidade individual das pessoas e/ou que é razoavelmente possível esperar que melhorem as perspetivas dos mais desfavorecidos. Justificar desigualdades que satisfaçam a primeira condição postula uma conceção de justiça que pode ser formulada em termos de possibilidades, oportunidades, hipóteses – a que chamarei de liberdade real – e não em termos de bem-estar, rendimento ou qualquer outra categoria de resultado. Justificar desigualdades que satisfaçam a segunda condição postula uma conceção de justiça que

tem em conta a eficiência, na medida em que considera que melhorar o mais possível a vida dos mais desfavorecidos é mais importante do que elevá-los, na medida do possível, ao mesmo nível dos mais favorecidos. A combinação dos dois aspetos produz uma conceção de justiça distributiva como “liberdade real de todos” ou, mais concretamente, “liberdade real máxima”: as instituições devem ser concebidas de modo a maximizar de forma sustentável a liberdade real dos que têm menos liberdade real, a sua capacidade de fazer tudo o que pretendam fazer. As desigualdades que não contribuem para esta maximização são injustas e têm de ser erradicadas. Esta é a conceção de justiça que estou preparado para defender, com uma série de qualificações que abordarei aqui.¹

Antes de considerar algumas implicações ilustrativas, pode ser útil apontar como esta conceção difere de uma conceção meritocrática de justiça, ou seja, uma conceção que requer a neutralização do impacto do contexto social no sucesso e, portanto, que o sucesso na vida seja determinado exclusivamente pelo mérito, entendido como a conjunção de talento e esforço. Em primeiro lugar, a justiça como verdadeira liberdade para todos não precisa de assumir que aquilo que é comumente considerado como talento e esforço pode ser simplesmente dissociado do contexto familiar e do meio social. Em segundo lugar, olha para o talento como não mais “merecedor” do que a origem social, como uma parte não menos relevante das possibilidades muito desiguais de que diferentes pessoas usufruem, e acerca das quais a justiça social exige uma redistribuição mais equitativa. Em terceiro lugar, não depende de uma noção partilhada de “sucesso”, mas deixa em aberto o espaço do que as pessoas possam querer fazer com as suas vidas. Finalmente, dá lugar a considerações de eficiência ao abandonar a igualdade restrita, não a favor da proporcionalidade (ao talento e esforço) – como faz a conceção meritocrática – mas a favor da maximização sustentável do ganho mínimo.²

Estas diferenças não são menos relevantes se pretendermos compreender a relação entre a justiça como verdadeira liberdade para todos e a mobilidade social, também normalmente associada à – se não mesmo identificada com – justiça social. A perfeita mobilidade social entre gerações pode ser entendida como a ausência de uma correlação entre o estatuto económico dos pais e o dos seus filhos. Não é suficiente nem necessária para a concretização da justiça como verdadeira liberdade para todos. Não é suficiente, porque a equalização da liberdade real exige que se abordem as desigualdades que provêm de outras fontes que não a origem familiar, como o talento inato, o facto de se nascer menino ou menina, ser o mais velho ou o mais novo entre os irmãos, entrar no mercado de trabalho ou da habitação num bom ou mau momento, entre muitas outras contingências. A perfeita mobilidade social é também desnecessária, porque a verdadeira liberdade deve ser interpretada como a possibilidade de perseguir a realização de muitas conceções do que representa uma boa vida – não apenas a mais lucrativa – e a importância que se atribui ao sucesso económico em relação a outros objetivos, pelo menos tão significativos como este, é suscetível de ser afetada pelos antecedentes familiares. A equalização da verdadeira liberdade e da perfeita mobilidade social só poderia fazer sentido no contexto de uma visão injustificadamente restrita do que é a vida. Desta forma, a justiça de um mecanismo institucional

não pode ser medida pelo quão pouco o estatuto económico das crianças está correlacionado com o estatuto económico dos seus pais. É dada pela liberdade real de quem, por qualquer razão, relacionada ou não com a sua origem social, é pelo menos livre para prosseguir a realização da sua conceção de uma boa vida, quer o sucesso económico seja ou não central nela.

De que forma é que as desigualdades injustas podem ser reduzidas? Três ilustrações

Obviamente, guiados por esta conceção de justiça, estaremos mais diretamente interessados em atacar a injustiça elevando os que estão no fundo, ao invés de desbastar os que estão no topo. Em particular, é essencial prestar muita atenção a se as sociedades garantem um rendimento monetário mínimo a todos os seus membros e à forma como o fazem. Se o que importa é a verdadeira liberdade, e não apenas o poder de compra, é importante que este rendimento mínimo não seja concedido de forma a encurralar os seus beneficiários no desemprego devido às perdas sofridas se efetivamente conseguirem um emprego. É igualmente importante que não seja concedido na condição de que os seus beneficiários estejam dispostos a aceitar qualquer emprego e a ficar presos a ele, por muito desagradável que seja. É ainda mais importante que não seja concedido de uma forma que estigmatize os seus beneficiários desejados, correndo o risco de os dissuadir de o reivindicar. E é importante que seja pago de uma forma fiável, regular e segura, de modo a reduzir o stress que impediria o exercício da verdadeira liberdade dos seus beneficiários. Não é, portanto, surpreendente que este raciocínio leve sem esforço a uma ideia muito simples, geralmente considerada como louca há quatro decénios atrás, quando comecei a defendê-la, mas agora surpreendentemente popular: a ideia de um rendimento básico incondicional, estritamente individual, universal e sem quaisquer obrigações; sem considerações de agregado familiar, sem prova de meios, sem teste de emprego.³

No entanto, a introdução deste rendimento básico e o aumento sustentável do seu nível não é tudo o que é necessário para reduzir as desigualdades consideradas injustas pelos padrões de liberdade real para todos. Pode haver aqui uma presunção baseada na liberdade a favor do dinheiro. Mas há também considerações decisivas a favor de atribuir uma parte do rendimento básico universal em espécie, no mínimo sob a forma de seguro de saúde e educação universal e obrigatória. No entanto, nas nossas cidades cada vez mais heterogéneas, mais do que em qualquer outro lugar, a quantidade de crianças que saem do ensino obrigatório, e a medida em que 10 ou 12 anos de escolaridade impulsionam a sua verdadeira liberdade, depende fortemente da sua competência linguística e, por conseguinte, das políticas linguísticas formais e informais decretadas na escola e em casa. Em muitos locais, o consenso dominante era de que os pais cuja língua materna difere do idioma oficial da escola deveriam aprender o idioma da escola e usá-lo para comunicar com os seus filhos, e que as escolas deveriam fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para manter outros idiomas – que não o idioma oficial da escola – fora das salas de aula e dos recreios. À luz da convergência das provas científicas, devem ser feitos esforços urgentes para quebrar este consenso perverso. A comunicação dos pais com os seus filhos num idioma que

não dominam de forma competente torna mais difícil para a criança, e não mais fácil, aprender o idioma da escola. E a repressão do uso de outros idiomas além do idioma escolar na escola impede o desenvolvimento de uma atitude positiva em relação a esse idioma, algo que é pelo menos tão importante para uma aprendizagem eficaz como uma exposição suficiente ao mesmo. A disseminação de atitudes e políticas linguísticas adequadas é, portanto, uma forma importante para que algumas das crianças com antecedentes familiares mais desfavorecidos possam adquirir as competências linguísticas mais úteis localmente e, graças a estas competências, as competências substantivas de que necessitam, o que quer que seja que mais tarde gostariam de fazer. Além disso, se os pais falam consistentemente as suas próprias línguas nativas com os seus filhos, e se os professores valorizarem a competência multilingue dos seus alunos, mais residentes locais acabarão por dominar idiomas que lhes permitirão manter-se em contacto com as regiões do mundo de onde as suas famílias são originárias. Promover o multilinguismo apropriado no contexto linguístico heterogéneo das nossas cidades europeias é outra causa à qual continuarei a dedicar muito tempo e energia, e considero-a não menos importante localmente para a verdadeira liberdade de muitos dos que têm menos liberdade real do que a defesa de um rendimento básico incondicional.⁴

A terceira ilustração é assumir a reconquista dos espaços públicos urbanos, para que possam servir a imobilidade agradável, e não apenas a mobilidade sustentável. Em 2012, publiquei sob o título “Piquenique nas ruas” um artigo de opinião que convidava os meus concidadãos de Bruxelas a juntarem-se a mim numa ação de desobediência civil: um piquenique semanal no meio das avenidas e praças centrais de Bruxelas, que funcionavam nessa altura como uma autoestrada urbana que dividia o centro da cidade de Bruxelas a meio. A subsequente mobilização tenaz de jovens das mais diversas origens acabou por conduzir à pedonização das faixas centrais de Bruxelas, sem dúvida a transformação mais tangível que terei ajudado a alcançar ao longo da minha vida. Qual era o argumento? Que as restrições ecológicas nos obrigarão a viver mais densamente nas nossas cidades, com a consequência de que os espaços privados se tornarão mais caros e mais pequenos, e a disponibilidade de espaços públicos agradáveis mais importante do que nunca. Se nada mais, o confinamento ter-nos-á feito tomar consciência do quanto a livre utilização dos espaços públicos significava para as famílias presas em pequenos apartamentos, sobretudo à luz do padrão da verdadeira liberdade. A verdadeira liberdade das pessoas não é apenas uma questão do que podem fazer com o seu dinheiro ou com os espaços e bens que possuem em privado. É também uma questão de saber o que lhes permite fazer e com quem se podem encontrar e fazer amizade graças aos parques públicos e praças sem carros, e graças às ruas seguras para as crianças brincarem e para os ciclistas andarem de bicicleta.

De que serve combater localmente as desigualdades injustas se elas são acima de tudo globais?

Até agora, tudo bem. Uma concepção da justiça como verdadeira liberdade para todos pode guiar-nos, na confusão caótica das desigualdades multidimensionais, no sentido de conseguirmos abordar adequadamente – contando que as oportunidades nos brindarão com esta possibilidade – as desigualdades que importam particularmente, por exemplo nas dimensões do rendimento, da educação e do espaço. Mas os exemplos que dei foram todos sobre o combate às desigualdades nas sociedades desenvolvidas. Não serão as piores desigualdades, as menos justificáveis pelos padrões de liberdade real para todos, aquelas que ocorrem a nível global? Diz-se com frequência – e acredita-se amplamente – que a maior parte da desigualdade económica mundial é a desigualdade entre países, e não a desigualdade dentro de cada país. Assim, no seu tratamento autoritário da desigualdade global, Branko Milanovic (2016, 133) conclui: “Acontece que podemos ‘explicar’ (num sentido de regressão) mais de dois terços da variabilidade dos rendimentos entre países-percentis com apenas uma variável: o país onde as pessoas vivem.” Pode, no entanto, justificar-se a concentração no alívio da desigualdade no interior do país em locais relativamente ricos? Podemos tentar, pelo menos.

Em primeiro lugar, alguns sustentam que uma tal concepção igualitária de justiça só pode fazer sentido a nível de determinados países, ou “povos”.⁵ Mas esta é, francamente, uma visão que me parece difícil de adotar. Para motivar a minha relutância, gosto de narrar algo que me aconteceu em Owerri, no leste da Nigéria, no início de novembro de 2005. Quando disse que tinha de partir porque precisava de apanhar um avião de volta para a Bélgica, um dos rapazes – a quem chamarei “Stanley”, pois um em cada três rapazes do leste da Nigéria parecia chamar-se assim – disse que queria vir comigo. Respondi-lhe que a sua mãe nunca o deixaria. “Não é verdade!”, disse Stanley, defendendo que ela adoraria se ele se mudasse para a rica “Bélgica”, localmente vista como uma cidade alemã de onde eram importados carros em segunda mão de boa qualidade para a Nigéria. De qualquer modo, disse-lhe que não era possível, e ele perguntou-me porquê. Gaguejei um argumento qualquer, que nem ele nem eu achámos particularmente convincente e que me apressei a esquecer. Mas na verdade, tinha acabado de dar uma resposta desonesta a uma pergunta justa. A verdadeira resposta era que as instituições atuais protegem uma desigualdade que não pode ser justificada de nenhuma das duas formas anteriormente mencionadas: a desigualdade entre o seu destino esperado e o meu não pode ser atribuída às formas diferentes em que escolhemos ou escolheremos tirar partido de possibilidades iguais, e a desigualdade entre as possibilidades dele e as minhas não pode ser justificada como necessária para melhorar as dele. Algumas pessoas veem como uma terceira justificação aceitável: “Ele é apenas nigeriano, enquanto eu sou belga.” Eu não. Seja com o Stanley ou com o meu vizinho do lado, as desigualdades só podem ser justificadas das mesmas duas maneiras. A justiça distributiva é a justiça global.

Há, no entanto, uma segunda forma de tentar justificar um enfoque nesta desigualdade interna do país. Utilizando dados mais recentes e diferentes dos utilizados no livro de Milanovic, Lucas Chancel (2021) chegou a uma conclusão muito diferente de

Milanovic: em vez de contabilizar apenas um terço da desigualdade mundial, a desigualdade interna do país representa agora três quartos da mesma.⁶ Parte do enorme fosso entre estas duas estimativas pode ser explicada pela definição exata da variável “rendimento”: rendimento disponível per capita para Milanovic, rendimento antes de impostos por adulto para Chancel, sendo a primeira mais relevante para uma avaliação do quão justa é a distribuição atual. Além disso, tanto Milanovic como Chancel utilizam coeficientes de “compra-poder-paridade” para deflacionar as desigualdades entre países, mas não as desigualdades dentro de cada país, mesmo quando existem diferenças inter-regionais significativas no custo de vida. Por conseguinte, não é tão certo que, sensatamente medida, a desigualdade global se deva mais às diferenças internas do país do que à desigualdade entre países. Mas mesmo que o fosse, ainda assim, a verdade é que uma conceção da justiça global como a máxima liberdade real para aqueles que a têm menos ainda precisa de dar algum tipo de prioridade à abordagem da desigualdade entre países, uma vez que a maioria daqueles que são realmente menos livres em todo o mundo estão incontrovertidamente localizados nos países mais pobres do mundo.

Isto deve ser tido em conta ao propor ou discutir medidas de redução da desigualdade para países relativamente abastados, como os três acima mencionados nas ilustrações. Mas não torna essas medidas inúteis para a prossecução da justiça global. Em primeiro lugar, embora as perspetivas do pior cenário mundial não sejam melhoradas por medidas que reduzam as desigualdades nos países mais ricos, a eliminação dessas desigualdades pode, no entanto, ser considerada como um progresso rumo a uma maior justiça global, uma vez que não podem ser justificadas pela sua contribuição para a melhoria das perspetivas do pior cenário. Em segundo lugar, o que está a ser feito para reduzir desigualdades injustas no contexto de países e cidades mais abastadas – quer introduzindo um rendimento básico, gerindo a diversidade linguística de forma mais eficaz ou reconquistando os espaços públicos – pode servir como um conjunto de experiências das quais se podem extrair lições úteis no contexto dos países e das cidades menos favorecidos.

Além destas duas razões gerais, podem existir algumas razões específicas pelas quais algumas medidas de redução da desigualdade propostas ou implementadas no Norte podem ser de relevância a nível mundial. No caso do rendimento básico, por exemplo, não se limita ao facto de que, ao contrário do que eu pensava inicialmente, um rendimento básico universal pode revelar-se não menos realista em países como a África do Sul, Índia ou Quênia do que na UE ou nos EUA. Além disso, a interdependência entre os estados membros da União Europeia está a motivar propostas para um eurodividendo financiado pela UE que beneficiaria alguns dos mais desfavorecidos do continente, enquanto a crescente consciência da crise climática continua a desencadear propostas de impostos e dividendos globais sobre o carbono.

A política linguística local em cidades ricas como a referida acima fornece um exemplo muito diferente. Por um lado, visa promover a boa integração no ambiente social e económico local, graças a uma educação bem-sucedida possibilitada por uma aprendizagem eficiente do idioma da escola. Por outro lado – e inseparavelmente – visa preservar uma forte ligação com os países de origem, possibilitada por uma

transmissão eficiente das línguas de origem. Na medida em que ambos os objetivos são alcançados, não se pode esperar apenas que um fluxo significativo de remessas continue a chegar a lugares pouco suscetíveis de atrair investimento capitalista ou ajuda ao desenvolvimento. Além disso, uma diáspora fortemente ligada linguisticamente tanto à comunidade de acolhimento como à comunidade de origem pode desempenhar um papel fundamental na criação e manutenção da confiança exigida por relações comerciais e de investimento frutuosas, em benefício dos países menos abastados de onde emigraram.

Tudo isto ilustra como as nossas ações podem e devem ajudar a moldar o futuro da igualdade, procurando ajudar a reduzir as desigualdades injustas em locais e setores em que somos efetivamente capazes de fazer algo a seu respeito. Não nos devemos sentir inibidos nos nossos esforços pelo facto de estas desigualdades não serem as piores do mundo. Mas não devemos perder de vista o quadro geral. Em particular, nós, europeus, devemos ter em mente um desequilíbrio que, com toda a certeza, dominará o futuro da igualdade na nossa parte do mundo. Em 1950, a população da Europa (incluindo a Rússia) era de cerca de 550 milhões, enquanto a da África era de cerca de 230 milhões. A projeção para 2050 é de 710 milhões para a Europa e 2480 milhões para África. Em combinação com as alterações climáticas, é difícil ver como esta explosão demográfica poderia não desencadear, em muitas partes de África, uma luta frenética pela água e outros recursos vitais. Acrescentando a isto que o PIB per capita de África é estimado em cerca de 6% do que é na Europa, deve ficar suficientemente claro que, para que a desigualdade no nosso hemisfério não tome proporções insustentáveis, muitas medidas ousadas e inteligentes terão de ser tomadas em matéria de migração, transferência de tecnologia, redistribuição transnacional e muitas outras. Para que a desigualdade na nossa parte do mundo não assuma proporções explosivas, muitos passos terão ainda de ser dados. Os mencionados acima, na medida em que têm mais do que significado local, são uma pequena parte da solução – se é que existe uma.

Notas

- ¹ Ver Van Parijs (1995, 2021).
- ² Ao longo destas várias dimensões, a forma como a justiça enquanto verdadeira liberdade para todos difere da meritocracia é largamente paralela à forma como a conceção de Rawls (1971) da distribuição se desvia dela, acrescentando o princípio da diferença ao princípio da igualdade justa de oportunidades.
- ³ Ver a visão abrangente da história, ética, economia e política do rendimento básico incondicional em Van Parijs e Vanderborght (2017).
- ⁴ O trabalho do recentemente criado Conselho de Bruxelas para o Multilinguismo, o qual fui convidado a presidir, consiste em ajudar a Região de Bruxelas-Capital a alcançar o seu objetivo de permitir a todos aqueles que crescem em Bruxelas comunicar em francês, neerlandês e inglês quando terminam a escola secundária, ao mesmo tempo que encoraja a difusão das centenas de línguas nativas presentes na região. A disseminação da política escolar e doméstica descrita acima é uma das ferramentas que devem ser utilizadas em prol deste objetivo.
- ⁵ Incluem John Rawls, o pai fundador da filosofia contemporânea, no último livro que escreveu (Rawls 1999).

⁶ “Há quarenta anos, a nacionalidade era mais importante do que a classe na contabilidade da desigualdade global. Hoje em dia, a classe importa mais do que a nacionalidade. O índice Theil de desigualdade de rendimento nacional antes de impostos representava pouco mais de metade da desigualdade global no início da década de 1980, e apenas cerca de um quarto hoje em dia. Dito de outra forma: a fim de prever a posição de um adulto na distribuição global dos rendimentos, é mais útil conhecer o seu grupo de rendimentos do que a sua nacionalidade.” (Chancel 2021). Os dados de Chancel são de 2017, ao passo que os de Milanovic são de 2008, e dependiam mais das declarações fiscais e menos dos inquéritos às famílias, o que lhe permitiu captar melhor os rendimentos de topo. Num artigo recente, o próprio Milanovic (2021) assinala o rápido aumento da desigualdade em muitos países, nomeadamente na China, onde o coeficiente de desigualdade de Gini excede agora significativamente o dos Estados Unidos.

Referências

- Chancel, Lucas. 2021. ‘Ten Facts about Inequality in Advanced Economies’, em O. Blanchard e D. Rodrik (eds), *Combating Inequality*, Cambridge (MA): MIT Press.
- Milanovic, Branko. 2016. *Global Inequality*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Milanovic, Branko. 2021. “Can Xi Jinping defeat three stubborn modern inequalities?”, *Social Europe*, 18 de outubro de 2021.
- Rawls, John. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Rawls, John. 1999. *Justice as Fairness. A Restatement*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Van Parijs, Philippe. 1995. *Real Freedom for All. What (If Anything) Can Justify Capitalism?*, Oxford: Oxford University Press.
- Van Parijs, Philippe e Yannick Vanderborght. 2017. *Basic Income. A radical proposal for a free society and a sane economy*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Van Parijs, Philippe. 2021. “Unjust inequalities: is maximin the answer”, *The IFS Deaton Review*, Londres: Institute of Fiscal Studies, setembro de 2021.



Philippe Van Parijs detém doutoramentos em filosofia (Oxford) e ciências sociais (Louvain). É professor convidado nas Universidades de Louvain e Leuven. Foi o diretor fundador da Cátedra Hoover de Ética Económica e Social de Louvain entre 1991 e 2016, e professor visitante regular na Universidade de Harvard, de 2004 a 2008, e na Universidade de Oxford, de 2011 a 2015. É membro da Academia Real das Ciências da Bélgica, membro da Academia Britânica e doutor honoris causa da Universidade de Laval (Quebeque). Foi galardoado com o Prémio Francqui em 2001 e o Prémio Arca para a Liberdade de Expressão em 2011. Em Julho de 2020, a revista britânica Prospect selecionou-o como “o padrinho do movimento dos rendimentos básicos”, entre “os dez melhores pensadores do mundo para a era Covid-19”. Preside ao Conselho Consultivo da Rede de Renda Básica da Terra, que cofundou em 1986, e ao Conselho de Bruxelas para o Multilinguismo, criado pelo governo da Região de Bruxelas-Capital em 2020. É o coordenador – a par com o economista Paul De Grauwe – da iniciativa Re-Bel (“Repensar as Instituições da Bélgica no Contexto Europeu”) que cofundou em 2009. Um artigo de opinião por ele publicado em maio de 2012, com o título “Piquenique nas Ruas” desencadeou o movimento de desobediência civil que levou à pedonização das faixas centrais de Bruxelas.

Os seus livros incluem *Evolutionary Explanation in the Social Sciences* (Rowman & Littlefield, 1981), *Le Modèle économique et ses rivaux* (Droz, 1990), *Qu'est-ce qu'une société juste?* (Seuil, 1991), *Marxism Recycled* (Cambridge U.P., 1993), *Real Freedom for All* (Oxford U.P. 1995), *What's Wrong with a Free Lunch?* (Beacon Press, 2001), *Just Democracy. The Rawls-Machiavelli Programme* (ECPR 2011), *Linguistic Justice for Europe and for the World* (Oxford U.P. 2011), *After the Storm. How to Save Democracy in Europe* (Lannoo 2015, ed. com L. van Middelaar), *Basic Income. A radical proposal for a free society and a sane economy* (Harvard U.P. 2017, com Y. Vanderborght) e *Belgium. Une utopie pour notre temps/Belgium. Een utopie voor onze tijd* (Académie royale de Belgique/Polis, 2018).

GULBENKIAN IDEAS

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM